

Economistas acham medidas paliativas

ROSA LIMA

Economistas, professores e especialistas em mercado de trabalho concordam num ponto: as mudanças propostas pelo governo para diminuir o desemprego no país são positivas, mas não passam de um simples paliativo. São medidas tópicas, que ajudam de forma pontual, mas que terão efeitos mínimos no aumento do nível de empregos no Brasil. Ao apontar os caminhos mais efetivos para a real redução de desemprego, porém, as análises divergem.

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), João Sabóia, classifica o conjunto de medidas como interessante e positivo, mas ressalva, que as mudanças são pequenos detalhes que não substituem o crescimento econômico, este sim o único instrumento capaz de reduzir os alarmantes índices de desemprego no Brasil. "Hoje até o Delfim Neto reconhece que é preciso que o país cresça mais e mais depressa", afirma Sabóia.

O professor avalia que, isoladamente, as medidas são até bastante saudáveis, já que reconhecem a realidade do mercado de trabalho. Para João Sabóia, ampliar o período de vigência do banco de horas de quatro para doze meses facilita a permanência no emprego de pessoas que, sem esse instrumento, poderiam ser demitidas. A regulamentação do contrato de trabalho parcial também é vista como positiva, na medida em que atende a uma real necessidade de um grande contingente de trabalhadores, principalmente estudantes e mulheres com filhos pequenos.

Também o fim da unicidade e do imposto sindical, bem como a perda de poder normativo da Justiça do Trabalho podem significar, na opinião do professor da UFRJ, o fim de práticas paternalistas que no fundo dificultam a negociação entre empregados e patrões e a verdadeira representatividade dos sindicatos. "O que importa saber agora é o que vai substituir a Justiça trabalhista no caso de não haver negociação", questiona.

Com ele concorda o engenheiro de produção Rogério Vale, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Rogério considera, por exemplo, muito bem-vinda a criação de um fundo de aval no Banco do Brasil e a ampliação do já existente no Sebrae para garantir a remuneração dos bancos, que emprestam recursos do Proer para financiar pequenos negócios. "Isso ajuda a eliminar uma barreira que dificulta o acesso do pequeno empresário ao crédito", afirma.

Os demais programas do governo — de qualificação profissional e de oferta de serviços integrados do Ministério do Trabalho — também são por ele avaliados positivamente como forma de atenuar o drama do desempregado, mas com efeitos mínimos, em termos econômicos, nos índices de desemprego. "Essas medidas não atacam estruturalmente o problema. Geração de emprego depende de macropolíticas como, por exemplo, uma política industrial ativa, que o governo se recusa a fazer", afirma Rogério Vale.

Já o economista Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), acha que as medidas são um começo, ainda que tímido, para enfrentar o maior desafio brasileiro dos próximos anos. "Mas o que o Brasil precisa mesmo, para domar o desemprego, é um choque de capitalismo", acredita o economista. Esse choque, segundo Paulo Guedes, se traduziria em quatro pontos fundamentais: flexibilização total das leis trabalhistas, reforma da Previdência, investimento maciço em educação e reforma tributária.